

**ANÁLISE QUANTITATIVA E
QUALITATIVA DOS COLONOS QUE
ASSENTARAM PRAÇA NA CAPITANIA DO
RIO GRANDE (SÉCULOS XVII, XVIII E
XIX)**

Maiara Silva Araújo

Licenciada (2016) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestranda em História pela mesma Universidade, sob orientação do professor Helder Alexandre Medeiros de Macedo. Vinculada ao grupo de pesquisa História dos Sertões, coordenado pelo mesmo professor. Bolsista CAPES. E-mail: maiarasa@yahoo.com.br

ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS COLONOS QUE ASSENTARAM PRAÇA NA CAPITANIA DO RIO GRANDE (SÉCULOS XVII, XVIII E XIX).

QUANTITATIVE AND QUALITATIVE ANALYSIS OF THE COLONIES WHO BECAME SOLDIERS IN RIO GRANDE CAPTAINCY (XVII, XVIII AND XIX CENTURIES).

Maiara Silva Araújo

RESUMO

Por meio de uma análise quantitativa de fontes militares, mais especificamente assentamentos de praça e baixas referentes aos séculos XVII, XVIII e aos primeiros anos do século XIX, este estudo examinou o perfil dos homens que atuaram em corpos militares da administração colonial da Capitania do Rio Grande, problematizando, dessa forma, a naturalidade dos colonos que ingressaram no serviço militar, suas qualidades e condição. Em consonância com essa análise quantitativa, realizamos, também, um exame qualitativo dos homens que atuaram na administração militar da Capitania do Rio Grande e residiram, especificamente, nos sertões desse espaço. Para tanto, discutimos o perfil e a trajetória de vida de Manoel Guedes, pardo, residente nos sertões do espaço citado e que assentou praça em 29 de agosto de 1797. Por fim, com base nos dados coletados nos assentamentos de praça e baixas, podemos afirmar o serviço militar no contexto da colônia possibilitava, dentre outros elementos, o ingresso de homens de diferentes qualidades, como indígenas, mestiços, negros e brancos. Todavia, o ingresso desses colonos no serviço militar não era homogêneo e se dava em consonância com o cenário sócio-histórico da Capitania do Rio Grande.

PALAVRAS-CHAVE:

Assentamentos de praça; Administração colonial; Capitania do Rio Grande.

ABSTRACT

By means of a quantitative analysis of military sources, more specifically the soldier registrations and retirement records in seventeenth and eighteenth centuries and in the first years in nineteenth century, this text examined the men's profile who acted in military corporations of Rio Grande Captainty colonial administration. This study ask about the source settlers who joined in military service. Combined with the quantitative analysis it was realized too a qualitative examination of the men who worked in Rio Grande Captainty military administration and who lived specifically in backwoods of this place. For this it was discussed the Manoel Guedes profile and trajectory. He was a brown man, he lived at backwoods and he became soldier on August 27th, 1797. Finally, it supported by datas collected in soldier registrations and retirement records it possible assure the military service in colonial context used to make it possible the entry of different kind of men like Indian, black and white men. However the entry these settlers in military service wasn't homogeneous and had happend in line with social historic scenary in Rio Grande Captainty.

KEY WORDS:

Soldier registration; colonial administration; Rio Grande Captainty.

INTRODUÇÃO

Neste estudo¹, por meio de uma análise quantitativa² de fontes militares, mais especificamente assentamentos³ de praça e baixas referentes aos séculos XVII, XVIII e aos primeiros anos do século XIX, examinamos o perfil dos colonos que atuaram em corpos militares da administração colonial da Capitania do Rio Grande. Problematicamos, dessa forma, a naturalidade dos colonos que ingressaram no serviço militar, suas qualidades⁴, condição⁵ e as justificativas apresentadas na documentação para a dispensa no serviço militar.

Em consonância com essa análise quantitativa, realizamos, também, um exame qualitativo⁶ dos colonos que atuaram na administração militar da Capitania do Rio Grande e residiram nos sertões⁷ desse espaço. Para tanto, discutimos, de forma específica, a trajetória de vida de Manoel Guedes, homem pardo, casado com Mariana Ferreira das Neves, e que assentou praça em 29 de agosto de 1797. Salientamos que a escolha de Manuel Guedes não

¹ Consideramos pertinente salientar que, os dados quantitativos aqui discutidos são concernentes às primeiras impressões que tivemos ao entrarmos em contato com a documentação militar examinada para compor este estudo e, portanto, são partes de uma pesquisa mais ampla que está sendo desenvolvida no programa de pós-graduação em História da UFRN.

² Segundo Barros (2013), a história quantitativa é uma metodologia que se propõe a compreender a realidade por meio de estatísticas, de valores a serem medidos e problematizados. Todavia, segundo o mesmo, esse mecanismo utilizado em uma análise histórica só faz sentido se ultrapassar a descrição e em consonância com as estatísticas apresentadas realizar, também, um estudo qualitativo, exercício que buscamos realizar nesse estudo.

³ Os assentamentos de praça e baixas estão arquivados no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN.

⁴ Sempre que nos referimos em nosso texto ao conceito de qualidade estamos partindo das problematizações de Eduardo França Paiva (2012). Conforme este autor, o termo qualidade foi empregado na Europa, durante o Antigo Regime, para distinguir os “homens bons”, de qualidades, ou seja, que não possuíam sangue infecto ou defeito mecânico, daqueles que não eram providos de qualidades. Segundo o autor, esse mesmo termo foi importado para o Novo Mundo. Entretanto, na ibero-américa o seu significado foi ampliado, passando a designar, além da origem ou religião, o fenótipo dos indivíduos. Assim, qualidade passou a abranger todos os indivíduos, todavia, alguns possuíam qualidades que faziam com que fossem tidos como “homens bons” (homem branco, cristão e portador de cabedal) e outros possuíam qualidades que os colocavam em uma escala social inferior (mestiços, negros, judeus e, dentre outros elementos, defeito mecânico). Portanto, a qualidade hierarquizava e distinguia os habitantes da ibero-américa e elucidava o lugar que cada habitante desse contexto deveria ocupar na dinâmica sócio-histórica da época. Nesse sentido, conforme discutiremos posteriormente em nosso texto, na documentação que examinamos percebemos que os indivíduos de qualidade mestiça e branca conseguiram maior inserção no serviço militar e, em detrimento, os colonos de qualidade indígena e os que foram qualificados como pretos, em linhas gerais, atuaram no serviço militar em uma situação emergencial, definida pela historiografia clássica como Guerra dos Bárbaros.

⁵ Condição, segundo Paiva (2012), era o certificado jurídico de um indivíduo, ou seja, a forma como um habitante da colônia era qualificado perante a sociedade, no que concerne a sua condição jurídica. Sendo assim, um colono podia ser classificado nas fontes judiciais de três formas: livre, liberto e escravo.

⁶ A análise qualitativa que realizamos foi através de um cruzamento de fontes e do método onomástico que Carlo Ginzburg e Carlo Poni discutem, onde o nome é fio condutor da pesquisa histórica. (GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo, 1989, p. 174).

⁷ Estamos analisando neste artigo, especificamente, os sertões da Capitania do Rio Grande que, grosso modo, correspondem, atualmente, à região do Seridó, interior do Estado do Rio Grande do Norte.

foi aleatória. Nós o escolhemos, a princípio, por termos acesso a registros judiciais e de paróquia que nos possibilitam reconstruir aspectos de sua trajetória de vida. Todavia, outro elemento que justificou a sua escolha foi a sua qualidade de pardo, tendo em vista que na pesquisa de mestrado que estamos desenvolvendo buscamos estudar o ingresso de colonos mestiços⁸ em corpos militares da administração colonial.

Nesse sentido, consideramos pertinente o estudo de mestiços enquanto agentes históricos do contexto em que viveram porque constatamos que obras da historiografia tradicional⁹ publicadas até os anos 80 do século XX construíram discursivamente os sertões da Capitania do Rio Grande como sendo um espaço com formação social assentada apenas no homem branco e nos valores europeus, invisibilizando, dessa forma, o papel dos demais grupos sociais nesse processo. Nesse sentido, José Augusto Bezerra de Medeiros (1940; 1954) defendeu a tese de que foi a pecuária a causa do “povoamento” dos sertões da Capitania do Rio Grande e da vinda das “grandes famílias” de ascendência ou descendência portuguesa para ocuparem este espaço. Essa ideia, no que se refere à formação territorial e social dos sertões, perpetuou-se durante quase toda a segunda metade do século XX e esteve presente nos trabalhos de José Adelino Dantas na década de 60 e nos de Olavo de Medeiros Filho na década de 80 do mesmo século.

⁸ Partindo das discussões de Paiva (2012), a nossa definição de mestiços, neste estudo, corresponde a indivíduos que foram qualificados como sendo resultados do intercuro biológico ocorrido entre grupos sociais distintos e que foram definidos nos registros do Estado e da Igreja como pardos, mulatos, mamelucos e, dentre outros, cabras. Sendo assim, entendemos que o termo mestiço não é homogêneo e que aglutina pessoas de diferentes qualidades e condições. Portanto, sempre que fizermos do uso do conceito de mestiço estamos nos referindo a esse termo mais amplo e que aglutina pessoas que são produtos do intercuro biológico entre pessoas de diferentes qualidades e que eram definidas nas fontes paroquiais, judiciais e militares de diferentes formas, como, por exemplo, pardo. Dessa forma, pardo, trigueira e, dentre outros, mulatos são indivíduos mestiçados e qualificados nos registros da Igreja e do Estado a partir de seus fenótipos, cabedais e relações familiares, ou seja, a qualidade não é algo apenas biológico, mas também social e cultural, como preconizou Paiva (2012). Acerca da possibilidade de colonos mestiços na Capitania do Rio Grande terem suas qualidades alteradas e, inclusive, embranquecerem ver: (ARAÚJO; MACEDO, 2016).

⁹ No que concerne à historiografia nacional, as discussões sobre a temática das mestiçagens não são recentes, pois datam, ainda, do século XIX. Esteve, por exemplo, presente na proposta de Von Martius para o IHGB, em 1840, acerca de uma escrita da história do Brasil a partir de suas singularidades, ou seja, da mestiçagem. Entretanto, Martius se recusou a escrever a “História Geral do Brasil” e a sua ideia de uma história “mestiça” foi retomada apenas em 1930 por Freyre em *Casa Grande e Senzala*. (VAINFAS, 1999). Contudo, apenas nas décadas de 80 e 90 do século XX a mestiçagem foi, de fato, vista como um fenômeno cultural positivo, como havia afirmado Freyre (1933) na década de 30. Todavia, diferentemente deste último, a historiografia de fins do século XX e início do século XXI buscou compreender o sujeito mestiço e o seu universo cultural em relação aos demais grupos sociais e não apenas como foi engendrado esse ser “misturado”. É neste cenário que se inserem, por exemplo, os trabalhos de Gruzinski (2001) e Paiva (2012), os quais, através de um diálogo entre a História Cultural e a História Social, analisam processos de mestiçagens no ultramar.

Em detrimento desta historiografia tradicional, estudos recentes, a exemplo os de Helder Alexandre Medeiros de Macedo (2007; 2013), apontaram e analisaram a presença de outros grupos sociais como sujeitos do cenário histórico em questão. Esses trabalhos constituíram uma importante contribuição historiográfica por trazer um objeto de pesquisa e métodos investigativos ainda não trabalhados pela historiografia tradicional no âmbito potiguar, o que conectou esses estudos com as produções acadêmicas mais recentes. Esse autor, entretanto, não esteve preocupado diretamente com a inserção de mestiços nas instâncias da administração colonial, mas sim com as relações genealógicas dessa população. Portanto, em nossa investigação, partimos de lacunas presentes tanto na historiografia tradicional quanto na não tradicional acerca do papel dos mestiços no contexto histórico em que viveram.

Salientamos, também, que existem lacunas no que concerne à presença de estudos que examinem o processo de institucionalização das instâncias administrativas – fazendária, judicial, eclesiástica e militar – importados de Portugal para sua colônia na América. Nesse caso, percebemos a existência de estudos que discutem a institucionalização de instituições coloniais instauradas no ultramar para a Capitania do Rio Grande em si¹⁰, como é o caso da dissertação de mestrado de Lívia Brenda da Silva Barbosa (2017), que examinou, de forma específica, a emergência e a consolidação da administração fazendária na Capitania do Rio Grande, no decurso dos séculos XVII e XVIII. E, em um formato semelhante, temos também o estudo de Kleyson Bruno Chaves Barbosa (2017), que analisou a governança local da Capitania do Rio Grande e os “homens bons” que atuaram nessa instância da administração civil no decurso do século XVIII¹¹. Todavia, no que se refere, particularmente, à instância militar da administração colonial, percebemos a ausência de estudos que tratem diretamente dessa temática tanto dos sertões da Capitania do Rio Grande quanto na Capitania em si. Portanto, nosso estudo busca preencher algumas dessas lacunas ao tratar da composição social

¹⁰ Além dos estudos publicados recentemente pela academia, a temática da administração colonial, referente à Capitania do Rio Grande, já foi abordada em obras tidas como pertencentes à historiografia tradicional, como é o caso da obra *História do Rio Grande do Norte* de Tavares de Lyra (2008). Entretanto, a centralidade desse estudo não eram as instâncias administrativas da burocracia colonial, mas sim o processo de conquista e colonização da Capitania do Rio Grande. Ou seja, a administração colonial foi abordada de forma indireta, quando o autor elucidou, por exemplo, os nomes dos Capitães-mores responsáveis pela Capitania do Rio Grande no contexto de colonização da mesma.

¹¹ Estudos que tratam da administração colonial e, de forma específica, da presença de mestiços em instâncias da burocracia colonial, já foram produzidos para as Capitanias de Minas Gerais e, dentre outras, de São Paulo. Em nosso estudo, particularmente, estamos dialogando com os trabalhos de Francis Cotta (2002; 2010), que abordam a presença de pessoas de cor em corpos militares da administração colonial da Capitania de Minas Gerais.

dos corpos militares existentes na Capitania citada e ao examinar, especificamente, o ingresso de mestiços nessa instância da administração colonial.

Por fim, para composição desse estudo, além dos assentamentos de praça e baixas, utilizamos fontes judiciais (inventários *post-mortem*) e paroquiais (registros de batismo, óbito e matrimônio) referentes aos sertões da Capitania do Rio Grande (séculos XVII, XVIII e XIX)¹², examinadas de forma quantitativa e qualitativa. Por fim, nosso estudo está dividido em três tópicos: inicialmente, antes de discutirmos de forma efetiva a análise quantitativa e qualitativa da documentação examinada, consideramos pertinente tecer breves considerações acerca das forças militares existentes na América Portuguesa e de problematizar o papel das instâncias administrativas importadas para o ultramar no processo de territorialização desse espaço. Após esse exercício, realizamos uma análise de caráter quantitativo acerca do perfil dos colonos que assentaram praça na Capitania do Rio Grande e posteriormente construímos brevemente um exame de caráter qualitativo, onde tivemos como objeto de estudo aspectos da trajetória de vida do pardo Manoel Guedes.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FORÇAS MILITARES EXISTENTES NO ULTRAMAR

O serviço militar na América Portuguesa estava dividido em três corpos: as tropas de linha ou tropas pagas, as milícias e as ordenanças¹³. Cada corpo militar, evidentemente,

¹² Essa documentação está disponível para pesquisa no Laboratório de Documentação Histórica do Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

¹³ Em nossa pesquisa, consideraremos que as instâncias da administração colonial – eclesiástica, jurídica, fazendária e militar –, que foram importadas para a América, foram responsáveis pelo processo de territorialização desse espaço. Ou seja, entendemos que essas instâncias foram mecanismos utilizados por Portugal para assegurar a posse do espaço conquistado e, ao mesmo tempo, garantir que o mesmo adquirisse uma dinâmica territorial e social conforme os pressupostos culturais lusitanos. Assim sendo, essas instâncias administrativas eram formas de assegurar a posse do espaço conquistado e, ao mesmo tempo, de delimitá-lo. Nessa perspectiva, para o caso especificamente da instância militar da burocracia colonial, objeto de análise desse texto, tinha por finalidade assegurar, em linhas gerais, a defesa dos territórios que estavam sob a tutela lusitana, bem como de garantir que o processo de ocidentalização se expandisse e se consolidasse não apenas no litoral, mas também nos sertões. O que explica, por exemplo, como iremos discutir no tópico seguinte, a vinda de soldados das Capitanias de Pernambuco e da Paraíba para a assentarem praça na Capitania do Rio Grande, no contexto da Guerra dos Bárbaros, ocasião de resistências indígenas, de expansão da colonização e, consequentemente, de territorialização dos sertões. (DIAS, 2015). Para construção dessa análise do espaço colonial, estamos dialogando com os estudos do geógrafo Antônio Carlos Robert de Moraes (1996; 2008), para quem o espaço é uma construção histórica, onde as formas físicas e sociais que o mesmo possui refletem os interesses, as aspirações dos agentes históricos que conduzem esse processo. Ou seja, o espaço colonial é construção histórica que materializa os interesses lusitanos, mas também da sociedade colonial que aqui se constituiu. (HESPANHA, 2010).

possuía suas especificidades. No caso das tropas pagas, mesmo com as dificuldades causadas pelos atrasos, seus membros recebiam soldo, fardamento, armamento, assistência médica e alimentos. Conforme Izecksohn (2014), os soldados das tropas pagas costumavam ser obtidos por meio de recrutamentos forçados, mas, também, não era incomum o assentamento voluntário de jovens que procuravam fugir do desemprego ou de outras condições de trabalho muito duras. Aspecto que verificamos, por exemplo, na documentação que examinamos.

Um caso de assentamento voluntário foi o de José Bezerra Cavalcanti. José Bezerra era pardo, de idade de 20 anos, natural da Freguesia da Muribeca, localizada na Capitania de Pernambuco e assentou praça de soldado voluntariamente no dia 20 de junho de 1723¹⁴. Possivelmente, José Bezerra desejava ascender socialmente através do serviço militar, obtendo prestígio e mercês por suas atuações. Entretanto, seria preciso fazer uma análise de cunho qualitativo acerca da trajetória desse mestiço para sabermos ao certo o que motivou sua matrícula voluntária no serviço militar, exercício que foge, na verdade, aos limites desse trabalho.

Quanto às milícias, eram estruturadas com base na qualidade de seus membros (milícias de homens brancos, pardos ou negros) ou nas condições financeiras dos mesmos. Esse corpo militar possuía um caráter local e não recebia soldo, apenas quando tivesse atuando em conflitos. Segundo Izecksohn (2014), a abertura para o acolhimento de pessoas de cor nas milícias é uma peculiaridade das sociedades ibero-americanas, tendo em vista que nas colônias inglesas homens de cor eram acolhidos no serviço militar apenas em situações emergenciais e, *a posteriori*, não conseguiam maior integração. Em detrimento, na América Portuguesa é possível perceber uma atuação de pessoas de cor que ultrapassa os períodos emergenciais, como é o caso, por exemplo, dos terços de pessoas pardas e negras que durante a ocupação holandesa encontraram um cenário propício para atuarem e se institucionalizarem posteriormente¹⁵.

No que concerne às ordenanças, em 10 de dezembro de 1570¹⁶ foi instituído em Portugal o Regimento Geral das Ordenanças que, além de regular a atuação desse corpo

¹⁴ Sempre que nos remetermos em nossas discussões a exemplos de colonos que assentaram praça na Capitania do Rio Grande, estamos tomando como base a seguinte documentação: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Assentamentos de Praça e Baixas da Capitania do Rio Grande, séculos XVII, XVIII e XIX.

¹⁵ Sobre essa discussão ver os trabalhos de Luiz Geraldo Silva (2013).

¹⁶ O Regimento Geral das Ordenanças foi complementado pela provisão de 15 de maio de 1574 (Provisão sobre as ordenanças agora novamente feita com algumas declarações que não estavam nos Regimentos, 15 de maio de

militar na metrópole, definiu também as atribuições do mesmo no ultramar. Segundo esse regimento, era obrigatória a matrícula no serviço militar de todo e qualquer colono, com exceção dos fidalgos e eclesiásticos, residente nas capitanias da América Portuguesa e que tivesse entre dezoito e sessenta anos. Os habitantes de cada cidade, vila ou conselho, conforme este regimento, deveriam organizar-se nas companhias de ordenanças em esquadras de vinte e cinco homens comandadas por um cabo de esquadra, que era um oficial indicado pelo alferes das companhias de ordenanças e escolhido pelos “homens bons” das Câmaras Municipais¹⁷.

Assim como nas milícias e nas tropas de linha, existia uma hierarquia militar entre os ofícios existentes nas ordenanças. Dessa forma, mesmo sendo obrigatória a matrícula no serviço militar de todo colono residente em um território sob a jurisdição de Portugal, existiam ofícios nas companhias de ordenanças que deveriam ser exercidos, preferencialmente, pelos “principais da terra”, que tivessem “partes e qualidades para os ditos cargos”, como era o caso do ofício de capitão, principalmente quando se tratasse do ofício de capitão-mor.¹⁸ Em linhas gerais, nesse contexto, ser considerado como principal da terra remetia a um colono que fosse de qualidade branca, cristão e que possuísse cabedal. Sendo assim, é evidente que, em meio a uma situação emergencial, todo colono era um “homem de guerra”, mas nem todos recebiam o mesmo prestígio e ocupavam postos militares privilegiados.

É importante destacar que a emergência dessas forças militares na América portuguesa ocorreu em consonância com a dinâmica social e econômica de cada capitania existente nesse território. Na Capitania do Rio Grande, por exemplo, a emergência de tropas pagas ocorreu apenas posteriormente à Guerra dos Bárbaros (1687-1725). Anteriormente a esse conflito envolvendo nativos e colonos, o que existia no Rio Grande era uma força militar

1574. **Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes**, compilado por José Roberto de Campos Coelho e Sousa, Tomo V. Lisboa, 1574.). Sobre esse aspecto da administração militar, bem como outras alterações na legislação militar ver SALGADO, 1985, p. 97.

¹⁷ Regimento dos Capitaes mores, e mais Capitaes, e Officiais das Companhias da gente de cavalo, e de pé; e da ordem que terão em se exercitarem, 10 de dezembro de 1570. **Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes**, compilado por José Roberto de Campos Coelho e Sousa, Tomo V. Lisboa, 1570.

¹⁸ Regimento dos Capitaes mores, e mais Capitaes, e Officiais das Companhias da gente de cavalo, e de pé; e da ordem que terão em se exercitarem, 10 de dezembro de 1570. **Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes**, compilado por José Roberto de Campos Coelho e Sousa, Tomo V. Lisboa, 1570.

importada da Capitania de Pernambuco e que constantemente fugia da Fortaleza dos Reis Magos devido às condições precárias dessa fortificação¹⁹.

Além disso, a emergência de companhias de ordenanças e milícias ocorreu de forma processual e descontínua. Sobre esse aspecto, percebemos, por exemplo, que a presença batava na Capitania, bem como a própria Guerra dos Bárbaros retardou o processo de territorialização do Rio Grande empreendido pela Coroa Portuguesa e, conseqüentemente, a expansão das instituições coloniais importadas da metrópole. Dessa maneira, apenas posteriormente à Guerra dos Bárbaros constatamos na Capitania uma expansão das companhias de ordenanças existentes nesse território e uma tentativa de consolidação dessa força auxiliar no espaço em estudo²⁰. Portanto, é pertinente salientar que em nossa análise não consideramos as particularidades da emergência dessas forças militares no Rio Grande, visto que ultrapassaria os limites do exercício que aqui estamos propondo. Entretanto, é importante salientar que a emergência e consolidação de forças auxiliares no Rio Grande estiveram condicionadas a própria expansão do processo de territorialização desse espaço, que ocorreu, de forma efetiva, posteriormente à Guerra dos Bárbaros.

Por fim, os assentamentos de praça e baixas que examinamos para compor este estudo, são concernentes a uma fonte que possui documentos avulsos e que não está organizada de forma cronológica. Dessa maneira, em algumas ocasiões, estamos catalogando um assentamento de fins do século XVII e logo em seguida nos deparamos com um assento ou baixa do século XVIII. Apesar dessas dificuldades no exercício de catalogação e de análise dessa documentação, acreditamos que dos 893 assentos e baixas catalogados, 408 correspondem a matrículas e dispensas de colonos em tropas pagas que atuaram na Cidade do Natal da Capitania do Rio Grande. Defendemos essa hipótese devido constar nesses assentos o valor do soldo recebido pelos soldados e demais membros desse corpo militar, bem como a presença de dinheiro referente ao fardamento e, também, a presença de assistência médica²¹ e de alimentos. Ademais, como discutiremos posteriormente, existem colonos de diferentes qualidades se matriculando no serviço militar, ou seja, não existe um padrão de qualidade ou cabedal, aspecto que poderia caracterizar uma milícia. infelizmente o resto da documentação, mais precisamente, 485 não faz referência a soldo ou qualquer outra informação que nos

¹⁹ Acerca da precariedade do serviço regular no Rio Grande ver ARAÚJO, 2018.

²⁰ Coleção Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. V. XII, p. 75-76.

²¹ Francisco Paulo Moreyra, homem branco e casado, assentou praça em 18 de junho de 1776 de Cirurgião da Guarnição.

possibilite afirmar de qual corpo militar se trata. No entanto, acreditamos que, dentre esses assentamentos, existem registros de membros das ordenanças, visto que temos a presença de soldados que viviam de seus ofícios e que eram naturais, por exemplo, da Ribeira do Seridó, sertões da Capitania, espaço no qual existia apenas as ordenanças e que, conforme Silva (2003), eram tropas que costumavam atuar nos sertões.

Em síntese, apesar das particularidades existentes no modo como emergiam e funcionavam essas forças militares em cada capitania da América Portuguesa, tanto as tropas de linha quanto as auxiliares (milícias e ordenanças), em linhas gerais, deveriam atuar na defesa dos territórios sob domínio lusitano e, em decorrência disso, possuíam um papel singular na conquista e manutenção dos espaços territorializados por Portugal.

PERFIL DOS COLONOS QUE ASSENTARAM PRAÇA NA CAPITANIA DO RIO GRANDE

Para análise quantitativa do perfil social dos colonos que assentaram praça na Capitania do Rio Grande, catalogamos 893 registros militares referentes ao espaço em análise²². Essa documentação, em linhas gerais, contém as seguintes informações: nome do colono que assentou praça ou recebeu baixa, qualidade, condição, filiação, local de moradia, naturalidade, idade e o soldo recebido²³. Em nossa análise, percebemos que a descrição do militar que se alistava no serviço militar costumava ser mais ampla em pessoas de qualidade branca e mestiça. Nos indivíduos qualificados como índios, por exemplo, listava-se, apenas, a condição e a aldeia a qual pertencia.

Um caso que demonstra isso é o dos colonos Antonio de Freytas da Costa, pardo, e Francisco Dias, índio. Antonio de Freytas da Costa, natural da Capitania do Rio Grande, assentou praça de soldado no dia 13 de maio de 1735. Este mestiço foi descrito na documentação compulsada da seguinte forma: “homem pardo, estatura alta, seco do corpo, cara comprida, olhos pardos, com os dentes de antes da parte de cima menor, com um sinal de

²² Essa documentação continha assentos, ou seja, a matrícula do soldado na companhia, baixas e dados referentes a promoções ou fugas em mostras.

²³ Nesse sentido, a análise quantitativa dessa documentação se deu em consonância com as informações que a mesma oferecia. Sendo assim, essa documentação foi examinada da seguinte forma: inicialmente construímos uma tabela no Microsoft Excel onde listamos os nomes, qualidade, condição, idade, local de moradia e, dentre outros elementos, a naturalidade dos colonos que assentaram praça no espaço em exame. *A posteriori*, anexamos essas informações em um banco de dados construído no Microsoft Access, o que possibilitará que outros pesquisadores tenham acesso a esses dados já de forma sistematizada.

ferida acima da sobrancelha direita; sobrancelhas abertas”. Em contrapartida, Francisco Dias, que assentou praça de soldado no dia 01 de novembro de 1704, foi qualificado da seguinte forma: “Índio da Aldeia de Mipibu”, ou seja, a depender da qualidade do indivíduo, esse podia ser descrito com mais detalhes acerca do seu fenótipo. Percebemos que, na verdade, praticamente, apenas os colonos qualificados como índios ou aqueles definidos como negros eram descritos de forma mais resumida. Esses grupos sociais, também, numericamente, eram menores quando comparados à presença de homens mestiços e brancos no serviço militar, conforme discutiremos posteriormente. Essas informações nos levam a considerar que, provavelmente, os mestiços e brancos conseguiram obter maior inserção no serviço militar do Rio Grande.

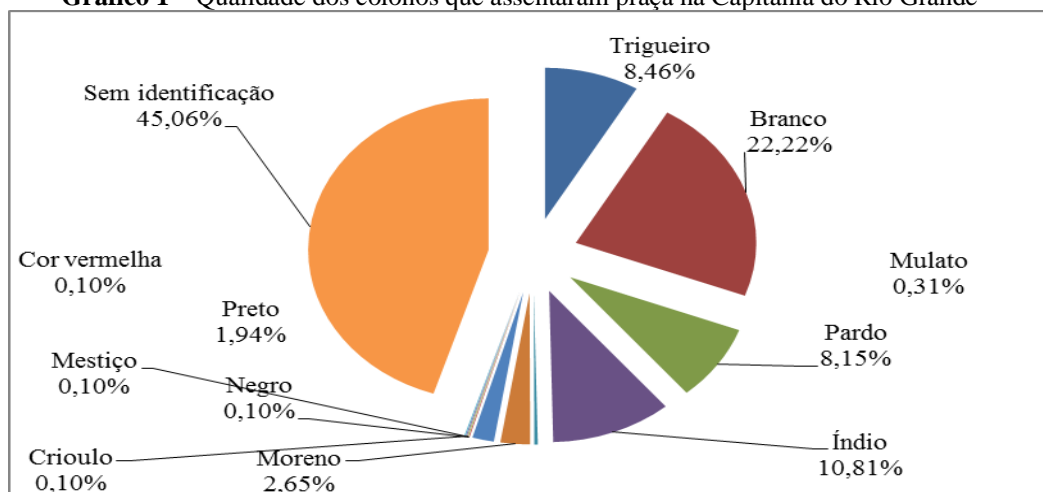
No que concerne aos dados quantitativos que conseguimos obter por meio da análise dos assentamentos de praça e baixas e que nos permitiu estabelecer um perfil dos colonos que se matricularam no serviço militar da Capitania do Rio Grande, percebemos que a maior parte dos homens que assentaram praça ou receberam baixa no espaço citado eram naturais do mesmo. De forma precisa, dos 893 assentamentos catalogados 286 eram referentes a militares que eram naturais da Capitania do Rio Grande. Entretanto, esse dado, na verdade, não é uma peculiaridade das tropas pagas da Capitania do Rio Grande, tendo em vista que, segundo Silva (2003), as tropas burocráticas possuíam na América Portuguesa um caráter local, visto que Portugal, diferentemente da Espanha, não costumava enviar homens para as tropas regulares. Dessa forma, a constituição das tropas pagas do espaço em exame se adequava a realidade das tropas regulares da América Portuguesa, as mesmas, até o momento, não rompem com o padrão estabelecido. Sobre esse aspecto, reafirmamos que as tropas pagas do Rio Grande emergiram apenas posteriormente à Guerra dos Bárbaros e, na segunda metade do século XVIII, existiam apenas duas tropas pagas, sendo uma localizada na Cidade do Natal e outra na Fortaleza dos Reis Magos. (GALVÃO, 1979, p. 144).

No que concerne à naturalidade dos demais colonos que assentaram praça na Capitania do Rio Grande, infelizmente 402 indivíduos não tiveram essa informação listada no momento em que se matricularam no serviço militar, ou seja, 48% do total dos registros examinados não nos oferece esse dado. Todavia, a análise dessa documentação demonstrou que existiam colonos de diferentes Capitanias da América Lusa e que assentaram praça no espaço em exame, desde colonos naturais do reino (14 indivíduos) a colonos naturais do Rio de Janeiro (13 indivíduos).

Porém, percebemos que foi a Capitania da Paraíba (36) e de Pernambuco (62) que ofereceram mais homens para o serviço militar. Com relação a esse dado presente na documentação, acreditamos que, no que se refere aos assentamentos concernentes a fins do século XVII e ao início do século XVIII, o que motivou a presença desses homens no serviço militar do espaço em exame foi a resistência indígena a ocidentalização dos sertões, definido pela historiografia clássica como Guerra dos Bárbaros²⁴. Esse aspecto fica evidente, por exemplo, no caso da Paraíba, onde constatamos que dos 36 colonos naturais desse espaço e que assentaram praça na Capitania do Rio Grande, 29 foi no contexto da Guerra dos Bárbaros, mais precisamente entre os anos de 1688 e 1722. Salientamos também que, desses 36 assentamentos, 20 correspondem a índios que atuaram no serviço militar no evento citado. Dessa forma, uma análise qualitativa dessa documentação evidencia com clareza a presença de militares desse espaço no processo de ocidentalização dos sertões da Capitania do Rio Grande.

Quanto à qualidade desses colonos que assentaram praça no espaço em estudo, constatamos que os de qualidade mestiça e de qualidade branca correspondiam a 44% do total de homens que constituíram os corpos militares da Capitania do Rio Grande. Todavia, constatamos, também, a presença de pessoas definidas como indígenas e negras. O gráfico abaixo evidencia de forma sistematizada a qualidade dos colonos que assentaram praça no recorte temporal em análise.

Gráfico 1 – Qualidade dos colonos que assentaram praça na Capitania do Rio Grande



Fonte: Elaboração da autora com base nos assentamentos de praça da Capitania do Rio Grande, (XVII, XVIII e XIX).

²⁴ Conforme Ferraz (2014), Pernambuco funcionou como um centro irradiador de homens, recursos, fardamentos e alimentos no contexto de conquista dos sertões.

Uma análise precisa da documentação examinada nos permite perceber padrões nos assentamentos de índios e de pessoas qualificadas como negras. Tanto os colonos definidos como índios quanto os definidos como pretos, assentaram praça ou receberam baixa na Capitania do Rio Grande no contexto da Guerra dos Bárbaros. De forma precisa, os assentamentos e baixas ocorreram entre 1688 e 1715. Sendo assim, a documentação evidencia de forma clara a utilização da força indígena e de pessoas qualificadas como pretas no processo de conquista dos sertões. Na verdade, segundo Ferraz (2014), essa foi uma estratégia utilizada pelos colonizadores em Pernambuco para desbravarem os sertões desse espaço. Conforme a mesma, os índios caetés quase foram exterminados na ocasião de conquista dos sertões do São Francisco e, nessa empreitada de colonização, os lusitanos fizeram uso da força indígena e negra em seus corpos militares.

Quanto às pessoas de qualidade mestiça e de qualidade branca, não é possível estabelecer, até o momento, um padrão de assentamentos. Percebemos que essas populações assentaram praça no decurso de todo recorte temporal examinado. Além disso, os elementos referentes aos seus fenótipos e que constituem sua qualidade foram descritos de forma mais ampla do que os dos colonos definidos como índios e como negros, conforme já elucidamos nesse texto.

No entanto, é importante salientar que, apesar de não termos localizado nos assentos de praça o alistamento de indígenas nas forças auxiliares do Rio Grande posteriormente à Guerra dos Bárbaros, os índios que viviam tanto em aldeamentos como, posteriormente, em Vilas da América Portuguesa eram considerados súditos da Coroa e, portanto, eram obrigados a constituírem companhias de ordenanças e a defenderem os territórios coloniais a que pertenciam. (LOPES, 2005). Dessa maneira, o que estamos definindo como sendo um padrão, uma regularidade nos assentos de índios no contexto da Guerra dos Bárbaros são dois elementos em específico: o primeiro é concernente ao fato desses índios terem sido matriculados em uma tropa paga – o Terço dos Paulistas que, teoricamente, deveria acolher apenas homens brancos e, por fim, a atuação conjunta de índios e colonos mestiços e brancos em um mesmo corpo militar, no caso o dos Terço dos Paulistas, que se institucionalizou e passou a ser pago a partir da Ordem Régia de 1695. (PUNTONI, 1998, p. 201).

Contudo, salientamos que, a atuação conjunta de índios e colonos brancos e mestiços não representou a existência de igualdade entre os militares que constituíram o Terço dos Paulistas, visto que os índios, diferentemente dos demais colonos, ocupavam majoritariamente o posto de soldados, que não constituía uma patente, e recebiam por suas atuações militares apenas meio soldo²⁵. Dessa forma, esses dados demonstram que o ingresso de índios no serviço auxiliar e regular do Rio Grande não se converteu em possibilidades reais de ascensão militar dessa população nas companhias em que atuaram e nem mesmo em um tratamento semelhante ao que colonos-militares de qualidade mestiça e branca recebiam.

Consideramos pertinente elucidar que, no gráfico em que construímos, optamos por não agrupar todos os indivíduos que foram qualificados como sendo produtos da mistura na categoria mestiços. Fizemos essa escolha metodológica porque acreditamos que é relevante salientar o quanto o termo mestiço não é homogêneo e agrupa pessoas de diferentes qualidades. (PAIVA, 2012). Dessa forma, em nosso gráfico, optamos por evidenciar as diferentes tipologias que eram atribuídas aos colonos que eram considerados como sendo produtos das dinâmicas de mestiçagens. Sendo assim, o único colono que definimos no gráfico 1 como mestiço foi Manoel Leitão da Silva, de idade 35 anos, natural da Vila de Garuju, Capitania de Pernambuco e que foi descrito na documentação da seguinte forma: “estatura mediana, cabelo ondedado e castanhado, cara comprida, olhos pardos e vivos, *cor não mui branca, nem mui negreira*, sobrelhas abertas e com um sinal de ferida,” ou seja, em sua matrícula no serviço militar ficou evidente que o mesmo era produto de mestiçagens, mas esse não teve uma tipologia mestiça específica enunciada no momento em que se alistou no serviço militar.

Outro dado pertinente de ser elucidado é que o termo cor aparece em diferentes ocasiões na documentação que examinamos para identificar o fenótipo dos colonos que se matriculavam no serviço militar do Rio Grande. No entanto, ao longo desse texto afirmamos que faríamos uso do conceito de qualidade e não do termo cor para se referir ao modo como esses colonos foram definidos na ocasião em que se matricularam no serviço militar do espaço em estudo. Nesse sentido, é preciso, antes de mais nada, asseverar que os conceitos de cor e qualidade, apesar de estarem imbricados, possuem sentidos distintos.

O conceito de cor, assim como o de qualidade, foi empregado para definir, classificar e estabelecer hierarquias entre os homens que habitavam o ultramar. Todavia,

²⁵ Assentos de praça e Baixas entre os anos de 1698 a 1820 – Arquivo Histórico do IHGRN

apesar dos mesmos estarem correlacionados, como preconizou a historiadora Isnara Pereira Ivo (2016), estes possuem singularidades que os tornam distintos. A categoria cor, amplamente presente nos assentos de praça, conforme Eduardo França Paiva, foi frequentemente utilizado pelos habitantes da colônia para definir o outro. De acordo com este historiador, na América Portuguesa, o termo cor foi mais frequentemente utilizado para se referir a cor dos africanos, não sendo comum para se referir a homens brancos e pardos. Na verdade, segundo o autor, a qualidade parda sequer era descrita como cor na América Portuguesa. (PAIVA, 2012, p. 171-172).

Todavia, nos assentos de praça que consultamos, localizamos a categoria cor para identificar tanto a militares que eram pardos quanto a militares que eram brancos, o que nos permite discordar de Paiva (2012), no que concerne a utilização do termo cor para qualificar colonos mestiços e que eram definidos como pardos. Evidentemente que estamos considerando um território e uma tipologia de fonte específicos, o que não nos permite asseverar que o emprego da categoria cor foi utilizada em toda América Portuguesa para identificar homens brancos e pardos. No entanto, na Capitania do Rio Grande houve a utilização desse conceito para nomear a homens brancos e pardos. Todavia, essa não foi a categoria mais empregada, sendo mais comum o uso dos termos “homens brancos” e “homens pardos”.

Apesar da utilização do conceito de cor na documentação, optamos por fazer uso do conceito de qualidade em nosso estudo para nos referirmos aos colonos militares que se alistaram no serviço militar do Rio Grande. O principal elemento que justificou nossa escolha teórica foi a amplitude do conceito de qualidade. Qualidade, como já aludimos, foi um termo empregado no ultramar para distinguir e hierarquizar as populações que constituíram a sociedade da época. Esse conceito, em seu sentido ampliado, designava um conjunto de elementos que os colonos possuíam e que possibilitavam que os mesmos fossem ou não considerados como “homens bons”. Dentre esses elementos, o termo qualidade identificava o local de origem, a religião, defeito mecânico e o fenótipo dos habitantes do ultramar. (PAIVA, 2012, p. 17). Dessa maneira, enquanto a categoria cor era concernente apenas a um elemento do fenótipo desses colonos/militares, o termo qualidade, além de ser, também, empregado na documentação da época, inclusive no Regimento das Ordenanças de 1570, abrangia um conjunto de elementos que possibilitavam uma maior ou menor inserção na dinâmica social e econômica da época em análise.

Quanto à condição desses colonos elucidados no gráfico acima, segundo dados que obtivemos na documentação compulsada, 94, 1% dos homens que assentaram praça eram livres, 5, 11% eram forros e 0,11% eram escravos. Esse dado, na verdade, não rompe com o que os estudos acerca do alistamento nas tropas burocráticas vêm problematizando. Segundo Kalina Vanderlei Silva (2003), os recrutamentos para as tropas de linha buscavam alistar homens livres e solteiros. As ordenanças, também, buscavam recrutar homens livres. Evidentemente que em meio a situações emergenciais a utilização da força escrava em corpos militares foi uma realidade. Todavia, normalmente, alistavam-se homens livres e, no caso das tropas pagas, como salientamos, de preferência solteiros.

Na verdade, na documentação examinada, apenas um indivíduo foi definido como escravo. Foi caso de Simão, de idade de 25 anos e que assentou praça de tambor, no dia 16 de março de 1730. Nessa ocasião, Simão foi definido como sendo preto do gentio da Costa da Mina e escravo do Alferes Vitoriano Rois dos Santos. Por fim, quanto aos colonos definidos como forros e que corresponde a 51 indivíduos, todos eram índios. Infelizmente, a documentação não lista quando esses índios foram alforriados. Entretanto, talvez, os mesmos tenham obtido a liberdade na condição de se alistarem no serviço militar e atuarem no contexto da Guerra dos Bárbaros. Todavia, como afirmamos, esse é um dado que não está posto nos assentamentos e que para ser obtido necessitaria de uma análise de cunho qualitativa, onde fosse feito um cruzamento das fontes militares com as fontes de caráter judicial, referentes ao espaço em exame.

Outro aspecto que pudemos inferir na documentação consultada foram os motivos apresentados como justificativas para as baixas no serviço militar. Desse modo, ao longo do recorte temporal estudado, localizamos 24 casos de fugas no Rio Grande, em um universo amostral de 59 dispensas, o que demonstra, como ilustra o quadro abaixo, que as fugas foram a principal causa de baixa no serviço militar do espaço em estudo.

Quadro 1 - Justificativas apresentadas para dispensa no serviço militar

| Justificativas | Quantidade |
|-------------------------------|------------|
| Fuga | 24 |
| Por ter se mudado do distrito | 20 |
| Por estar doente | 2 |
| Por morar distante | 1 |
| Por estar ausente | 1 |
| Por ter outro em seu lugar | 1 |
| Por ser cego | 1 |
| Por exceder sua licença | 1 |

| | |
|-------------------|---|
| Ilegível | 2 |
| Sem identificação | 6 |

Fonte: elaboração da autora com base em assentos e baixas da Capitania do Rio Grande (séculos XVII, XVIII e XIX)

Além dos motivos listados no quadro acima, a morte dos soldados também era um motivo que colocava um fim no serviço militar. Na documentação compulsada, por exemplo, nos deparamos com 37 casos de afastamento em decorrência da morte. Por fim, no que concerne aos dados apresentados acima, as fugas em mostra foram um dado que chamou nossa atenção. Nesse sentido, acreditamos que as dificuldades apresentadas pelo serviço militar no ultramar, como os atrasos dos soldos, os recrutamentos forçados, o estado precário das fortificações e a necessidade do deslocamento em situações emergenciais podem ser pontuados como prováveis motivos para esse distanciamento do serviço militar²⁶.

Os dados quantitativos presentes nos assentos e baixas da Capitania do Rio Grande são muitos e ultrapassam os limites desse texto. Todavia, buscamos listar e problematizar aqueles que consideramos pertinentes para estabelecer um perfil do colono que assentou praça no espaço em estudo. Dessa forma, ao observarmos as informações discutidas acima, percebemos que as pessoas de qualidade mestiça e de qualidade branca constituíam 44% dos assentamentos de praça. Percebemos também que existia um padrão de assentamento entre as pessoas de qualidade indígena e negras, visto que essas atuaram de forma efetiva no serviço militar no contexto da Guerra dos Bárbaros. Por fim, dentre outros elementos, constatamos que 408 assentamentos são referentes, provavelmente, a matrículas de soldados nas tropas pagas da Capitania do Rio Grande e que essas possuíam um caráter local, tendo em vista que eram compostas majoritariamente, de colonos naturais da Capitania do Rio Grande.

Por fim, no tópico seguinte buscamos realizar uma breve análise qualitativa de um pardo que assentou praça na Capitania do Rio Grande. A escolha desse colono, dentre os 893 registros militares catalogados, se deu em decorrência de termos contato com uma documentação referente aos sertões do espaço em estudo que nos possibilitou realizar um cruzamento de dados e reconstituir aspectos de sua trajetória de vida. Outro elemento que justificou essa escolha foi o nosso interesse em tentar compreender de forma específica a atuação dessa população no serviço militar do espaço citado, tendo em vista que os estudos sobre mestiços para Capitania do Rio Grande ainda são incipientes.

²⁶ Acerca das dificuldades existentes no serviço militar regular da Capitania do Rio Grande ver Araújo (2018).

ASPECTOS DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE MANOEL GUEDES

Manuel Guedes do Nascimento, homem pardo, filho de Manoel Guedes dos Santos e Anastácia Maria, natural da cidade da Paraíba, assentou praça no serviço militar da Ribeira do Seridó, sertões da Capitania do Rio Grande, em 29 de agosto de 1797. Juntamente com ele, 56 colonos, sendo desses 3 colonos identificados como brancos, 19 classificados como pardos e 34 que não tiveram suas qualidades evidenciadas, foram alistados no serviço militar da Ribeira do Seridó²⁷. Infelizmente, a documentação que consultamos não apresentou dados referentes ao cargo exercido por Manoel Guedes na ocasião em que esse se alistou no serviço militar. Entretanto, acreditamos que esse pardo, assim como os demais colonos residentes na Ribeira do Seridó e que assentaram praça nesse espaço, atuava nas ordenanças e não nas tropas pagas.

Levantamos essa hipótese tendo em vista que na Capitania do Rio Grande, na segunda metade do século XVIII, existiam apenas duas tropas pagas, sendo uma localizada na Cidade do Natal e outra na Fortaleza dos Reis Magos. Desse modo, os demais territórios que constituíam essa Capitania, como a Ribeira do Seridó, possuíam apenas companhias de ordenanças e de milícias²⁸. Além disso, tanto no assento de Manoel Guedes quanto no dos demais militares residentes nesse território não foram listados dados concernentes a soldos, fardamentos ou a assistência médica, que seriam informações, como destacamos na introdução, que possibilitaram caracterizar uma tropa regular na América Portuguesa. Assim, na ocasião em que esse militar foi alistado no serviço militar, praticamente, foi citado apenas a sua qualidade e os ofícios que esse e os demais colonos desempenhavam em suas vivências cotidianas na Ribeira do Seridó.

Dessa forma, analisando de forma específica aspectos da trajetória de vida de Manoel Guedes, este pardo casou-se em 04 de junho de 1789 com Mariana Ferreira das

²⁷ Assentos de praça e Baixas entre os anos de 1698 a 1820 – Arquivo Histórico do IHGRN

²⁸ OFÍCIO do sargento-mor e governador interino do Rio Grande do Norte Caetano da Silva Sanches, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, sobre o estado da Capitania à data da sua posse; epidemia de bexigas; escassez de carne, farinha e peixe; falta de militares e armamento; dando conta das providências tomadas, nomeadamente a arrematação do contrato das carnes e queixando-se da falta de jurisdição e autoridade para prover oficiais de justiça e fazenda e passar patentes e cartas de sesmaria. Anexo: atestação dos oficiais da Câmara de Natal, mapa do rendimento dos contratos dos dízimos, mapa dos corpos auxiliares e companhias de infantaria, mapa do armamento da Fortaleza dos Reis Magos e provisão (cópia), 1795. AHU-RN, Papéis avulsos, Cx. 9, doc. 483.

Neves, filha João Antônio Ferreira das Neves e Luzia Fernandes das Neves²⁹. Nessa ocasião, Manoel Guedes recebeu em dote os seguintes bens: uma escrava mulata, de nome Theotônia, de idade de vinte e tantos anos, no valor de 100\$00; um escravo, filho da cativa Theotônia, de idade de dez anos, no valor de 30\$000; seis vacas paridas, no valor de 18\$000; duas garrotas, no valor de 2\$000; duas poldras, no valor 6\$400; um tacho de cobre, no valor de 4\$800 e dez oitavas de ouro lavrado, no valor de 14\$000. A soma desses bens resultava em 175\$200³⁰.

Entretanto, um requerimento desse militar, aposto no inventário de sua sogra, Luzia Fernandes das Neves, no ano de 1838, nos faz supor que apenas a metade do valor de seu dote foi pago quando o mesmo contraiu núpcias com Mariana Ferreira. Dessa forma, nesse requerimento, Manoel Guedes expressou o seu desejo de ser pago do valor da Terça da defunta sua sogra do que o monte lhe devia de seu dote, no caso o valor de 87\$600. A justificativa de Manoel Guedes no requerimento foi a seguinte: como ele havia recaído na obrigatoriedade de pagar o que devia ao monte de sua sogra, a quantia de 9\$250, desejava, também, ser ressarcido do que este monte lhe devia de seu dote.

No entanto, comparando o valor da dívida de Manoel Guedes com o que lhe era devido em dote é possível perceber que o valor de sua dívida (9\$250), quando associado ao valor restante de seu dote (87\$600), é concernente a uma quantia pequena, que não era suficiente para comprar sequer um garrote, enquanto que com 87\$600, Manoel Guedes, conseguiria obter na Ribeira do Seridó, cerca de sessenta cabeças de gado vacum ou, até mesmo, um escravo, como demonstra o inventário de Martinho dos Santos Marinho, datado de 1776 e que teve inventariado sessenta cabeças de gado vacum no valor de 84\$000 e uma escrava, de idade de 20 anos, inventariada por 80\$000³¹.

Dessa maneira, esses dados demonstram que a justificativa apresentada por Manoel Guedes em seu requerimento para solicitar o que lhe era devido em dote pode ter sido uma estratégia utilizada por este militar para consolidar o seu cabedal, visto que o valor que o mesmo devia, se comparado com o restante de seu dote, era um valor diminuto e que, certamente, poderia ter sido quitado independentemente do pagamento da metade de seu dote. É interessante notar que os bens presentes no dote de Manoel Guedes nos oferecem uma imagem do cabedal que esse mestiço possuía e nos possibilita asseverar que o mesmo se uniu

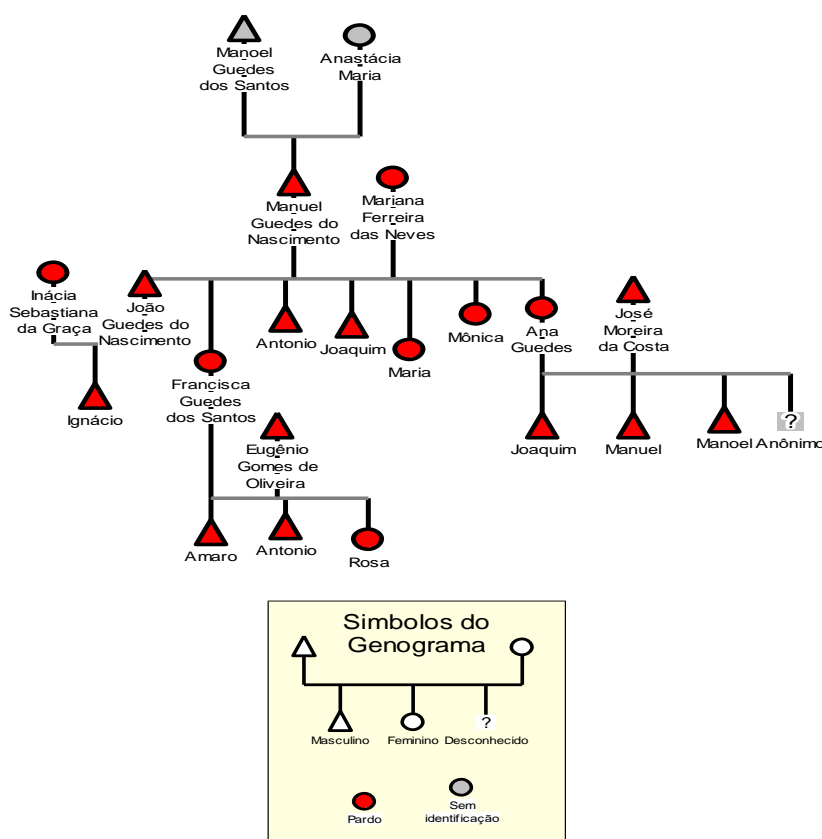
²⁹ As informações referentes ao matrimônio de Manuel Guedes foram retiradas do Livro 1 de matrimônio, da Paróquia de Sant'ana de Caicó, 1788-1809, fl. 6.

³⁰ Esses dados foram retirados do inventário *post-mortem* de Luzia Fernandes das Neves, falecida em 1838.

³¹ Esses dados foram retirados do inventário *post-mortem* de Martinho dos Santos Marinho, falecido em 1776.

a uma mestiça que possuía certo patrimônio, tendo em vista que no contexto da colônia, apesar do dote ser uma prática, só dotava aquele que possuía condições financeiras para tal empreitada (MACÊDO, 2007). Quanto ao casamento de Manoel Guedes com Mariana Ferreira, resultou em seis filhos. Esses foram qualificados nas fontes paroquiais examinadas como pardos e contraíram núpcias com pessoas de qualidade parda, como demonstra o geneograma abaixo:

Geneograma 1- Família Guedes do Nascimento



Fonte: elaborado pela autora no software GenoPro, com base em registros paroquiais (séculos XVIII e XIX).

Consideramos pertinente salientar que constatamos que Manoel Guedes reúne um conjunto de elementos que estão presentes em outros mestiços que residiram na Ribeira do Seridó e que ingressaram em instâncias militares e judiciais da administração colonial. Estamos nos referindo ao total de 17 mestiços que, assim como Manoel Guedes, eram pardos ou descendentes de pardos, portadores de cabedal (expresso pela posse de terras e escravos), ocupavam ofícios de menor importância na hierarquia dos cargos coloniais e vivenciavam os sacramentos da Igreja Católica, aspecto que, conforme Cotta (2010), era considerado pertinente para o ingresso nas instituições da administração colonial. Nesse sentido,

acreditamos que esses elementos comuns podem ter sido utilizados pelos indivíduos de qualidade mestiça como mecanismos de acesso à administração colonial do espaço em análise, tendo em vista que nesse contexto a qualidade podia indicar maior ou menor inserção na dinâmica social da colônia.

Para uma melhor compreensão do leitor, sistematizamos nos quadros abaixo os nomes desses 17 mestiços, suas qualidades, ofícios ocupados, a posse de terras, nomes dos cônjuges e evidenciamos se esses deixaram inventários *post-mortem* ou se seus conjugues o deixaram. Salientamos, também, que o primeiro quadro é referente apenas aos mestiços que ingressaram na administração judicial dos sertões da Capitania do Rio Grande e que o quadro seguinte é concernente aos mestiços que atuaram na burocracia militar desse espaço.

Quadro 2 – Dados qualitativos dos mestiços inseridos na administração judicial (Sertões da Capitania do Rio Grande, 1737-1827)

| Nome | Qualidade | Cargo e/ou patente | Posse de terras ³² | Inventário |
|------------------------------------------------------------------|---------------|--------------------------------|-------------------------------|------------|
| Manuel de Souza Forte (2º), casado com Petronila Fernandes Jorge | Pai de pardos | Juiz de Órfãos/Tenente-Coronel | Sim | Sim |
| Serafim Francisco de Melo casado com Maria Rosa Teixeira | Pardo | Porteiro | Sim | - |
| Antônio Lopes Cardoso, casado com Maria Martins de Oliveira | Pardo | Alcaide | - | - |
| Antônio José Vitoriano, casado com Maria da Costa | Pardo | Alcaide | - | - |
| Manoel de Jesus, casado com Josefa Maria dos Santos | Pardo | Alcaide | - | Sim |
| Manuel Antunes do Ó, casado com Úrsula Antunes | Pardo | Alcaide | - | - |
| Martinho Soares de Oliveira | Pardo | Escrivão de Alcaide | Sim | - |
| Antônio da Silva, casado com Maria Romana | Pardo | Capitão | - | - |

Fonte: Elaboração da autora com base em fontes sesmarias (Capitania do Rio Grande e Paraíba), judiciais (Comarca de Caicó e Acari) e paroquiais (Freguesia do Seridó)

³² Estamos considerando como posse de terras tanto aquelas que foram obtidas por meio de solicitações a Coroa, ou seja, as sesmarias quanto as que foram obtidas através de compra ou herança familiar.

Quadro 3 – Dados qualitativos dos mestiços inseridos na administração militar
(Sertões da Capitania do Rio Grande, 1737-1827)

| Nome | Qualidade | Cargo e/ou patente | Posse de terras | Inventário |
|--------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|--------------------|-----------------|------------|
| José Domingues da Silva | Filho de pardo | Tenente | Sim | - |
| Nicolau Mendes da Silva, casado com Rosa Maria | Filho de crioulo forro | Sargento-mor | Sim | - |
| Vitoriano Carneiro da Silva, casado com Domingas Mendes da Cruz | Neto de crioulo forro, filho de português | Tenente | Sim | Sim |
| Feliciano da Rocha Júnior, casado com Joana Maria da Conceição | Pardo | Soldado | Sim | Sim |
| José Pereira da Rocha, casado com Mariana da Conceição | Pardo | Soldado | - | - |
| Manoel Guedes do Nascimento, casado com Mariana Ferreira das Neves | Pardo | Soldado | - | Sim |
| Manoel Esteves de Andrade | Tio de pardos | Sargento-mor | Sim | |
| Francisco Taveira da Conceição, casado com Catarina Maria de Jesus | Pardo | - | Sim | Sim |
| Pedro Taveira da Conceição, casado com Inácia Fidélis de Jesus | Pardo | - | Sim | - |
| Francisco Pereira da Cruz, casado com Cosma Rodrigues da Conceição | Pardo | - | Sim | Sim |

Fonte: Elaboração da autora com base em fontes sesmarias (Capitania do Rio Grande e Paraíba), judiciais (Comarca de Caicó e Acari), paroquiais (Freguesia do Seridó) e dados bibliográficos (Macedo, 2013).

Infelizmente, uma análise qualitativa desses 17³³ mestiços ultrapassaria os limites desse artigo, mas esse será um exercício que desenvolveremos em nossa dissertação, onde teceremos considerações sobre suas trajetórias de vidas e suas atuações na administração militar dos sertões. Por hora, é pertinente observar apenas que, diferentemente do que a historiografia tradicional afirmou acerca da formação social e territorial da Ribeira do Seridó, como elucidamos na introdução, o caso de Manoel Guedes e dos demais mestiços listados nos

³³ Salientamos que são 17 mestiços em um universo amostral de 119 indivíduos, sendo desses 36 definidos como brancos, 1 como índio e 74 sem identificação nos registros de paróquia que utilizamos no cruzamento de fontes. Chegamos até esses indivíduos através da análise de fontes judiciais (99 inventários *post-mortem*) e fontes militares (assentamentos e baixas de praça), referentes aos sertões da Capitania do Rio Grande.

quadros acima demonstram que, apesar das hierarquias na sociedade colonial era possível que indivíduos mestiços ingressassem nas instituições administrativas da colônia e que, em consonância com isso, conseguissem acumular cabedal, expresso na posse de terras e escravos. No entanto, nos quadros acima é evidente que nem todos os mestiços conseguiam ingressar nas instituições coloniais. Como já afirmamos nesse texto, mestiço seria o indivíduo que era produto do intercurso biológico entre colonos de diferentes qualidades. Dessa forma, tanto na América Portuguesa quanto na Espanhola foram empregadas diferentes tipologias para se referir a esses indivíduos, como pardos, cabras, trigueiros, curibocas e, dentre outras, mulato. (PAIVA, 2012). Essas tipologias podiam indicar maior ou menor inserção na dinâmica social da colônia. Dessa maneira, por exemplo, na documentação que consultamos, como demonstra o gráfico 1, constatamos um maior ingresso de colonos identificados como pardos e trigueiros na instituição militar da Capitania do Rio Grande.

Esse dado dialoga, por exemplo, com o que o historiador Eduardo França Paiva já vem afirmando em seus estudos, que na sociedade que se constituiu na América Portuguesa, os pardos, diferentemente, por exemplo, dos cabras, conseguiram obter uma maior inserção social, através das relações de parentesco e de trabalho que constituíram. (PAIVA, 2012, p.232.). Além disso, alguns desses homens qualificados como pardos ou trigueiros conseguiram, ao longo de suas vidas, embranquecer oficialmente para poderem ingressar nas instituições administrativas da colônia. Esse fato, ocorreu, por exemplo, na Capitania de Pernambuco, onde a historiadora Kalina Silva constatou que, na falta de homens brancos, mestiços eram alistados no serviço militar regular e eram embranquecidos oficialmente em suas matriculas no serviço militar. (SILVA, 2001, 176). No entanto, o mesmo não ocorreu nas tropas pagas da Capitania do Rio Grande, onde constatamos que a companhia de Matheus Mendes Pereira, existente na segunda metade do século XVIII, era constituída por 11 colonos identificados como mestiços e 5 colonos classificados como brancos. Já na companhia de Francisco Ribeiro Garcia, existiam 24 colonos identificados como mestiços e 9 colonos qualificados como brancos. Assim, os mestiços não apenas ingressavam em um corpo militar que, teoricamente, deveria acolher apenas homens brancos, como esses, no caso do Rio Grande, eram quantitativamente superiores aos colonos identificados brancos.

Por fim, o que esses dados quantitativos demonstram é que os mestiços, mesmo sendo um grupo social que não era tido como sendo constituído por “homens bons”, conseguiam ingressar nas instituições coloniais da América Portuguesa. Essas instituições, no

caso do serviço militar, podiam representar uma possibilidade de ascensão social para esses homens e, além disso, possibilitavam que esses fizessem e sentissem parte da sociedade na qual estavam inseridas. Dessa forma, no caso específico de Manoel Guedes, esse fazia parte de uma companhia de ordenança da Ribeira do Seridó. As companhias de ordenanças, como assinalamos na introdução, não apresentavam a possibilidade de ganhos monetários para os seus membros, visto que se referia a uma força militar auxiliar. No entanto, representavam a possibilidade do recebimento de patentes, algo caro em uma sociedade do Antigo Regime, delineada pelas diferenças de qualidade e condição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, realizamos uma análise dos assentamentos de praça e de baixa, onde as metodologias quantitativas e qualitativas se encontraram no intento de estabelecer um perfil dos colonos que assentaram praça na Capitania do Rio Grande, no decurso dos séculos XVII, XVIII e dos primeiros anos do século XIX. Nesse sentido, discutimos nesse texto, dentre outros elementos, a qualidade, condição e naturalidade dos colonos que assentaram praça no espaço em exame. Problematizamos, dessa forma, as especificidades entre os assentamentos de pessoas de qualidade indígena, mestiça, negra ou branca. Discutimos, também, nesse estudo, aspectos da trajetória de vida de um mestiço em específico, Manoel Guedes e, por meio deste caso, evidenciamos a inserção desse indivíduo e dessa população na dinâmica social da colônia, salientando que, para os sertões da Capitania do Rio Grande, os mestiços que conseguiram ingressar na administração colonial, possuíam um conjunto de elementos comuns, como o fato de serem pardos ou descendentes de pardos, de possuírem cabedal e, dentre outros aspectos, de vivenciarem os sacramentos da Igreja Católica.

Por fim, nesse texto, examinamos apenas alguns aspectos do serviço militar na colônia, onde tentamos compreender, especificamente, quem eram os homens que ocupavam os corpos militares da Capitania do Rio Grande, no que concerne às suas qualidades, condição e naturalidade. Entretanto, salientamos que esse texto é concernente às impressões iniciais que tivemos ao catalogar os assentos de praça e baixa do Rio Grande ao longo do recorte temporal citado. Dessa forma, um conjunto de elementos que examinamos de forma conjunta nesse artigo precisam ser examinados em estudos posteriores de forma mais minuciosa, como, a exemplo, o papel das forças regulares e auxiliares na Capitania do Rio Grande, bem como os

postos militares que os mestiços, principalmente pardos e trigueiros, conseguiam ocupar na tropa regular do Rio Grande, o que nos possibilitaria entender o lugar específico dessa população na força militar paga do espaço em estudo. Portanto, os dados quantitativos aqui apresentados são concernentes a informações de uma pesquisa que ainda está em construção, mas que já demonstrou de forma bastante clara que as desigualdades existentes na sociedade colonial estavam presentes em suas instituições e que o ingresso, por exemplo, de índios em forças regulares e auxiliares não significava que esses receberiam o mesmo tratamento que era destinado, por exemplo, aos colonos brancos e\ou mestiços.

FONTES**Administração Judicial**

- Inventário de Martinho dos Santos Marinho. Inventariante: Rosa Maria de Mello. Fazenda dos Patos, Ribeira das Espinhares, Termo da Nova Vila de Pombal, de Nossa Senhora do Bom Sucesso, da Capitania da Paraíba do Norte, 1776. (Manuscrito).

- Inventário de João Antônio Ferreira das Neves. Inventariante: Joana Ferreira das Neves. Sítio das Almas, Termo da Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1809. (Manuscrito).

- Inventário de Luzia Fernandes das Neves. Inventariante: Manoel Guedes do Nascimento. Sítio Salgadinho, Termo da Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1838. (Manuscrito).

Administração Eclesiástica

Paróquia de Santana de Caicó (PSC). Casa Paroquial São Joaquim (CPSJ). Livro de Batismo nº 1, Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (FGSSAS), 1803-1806. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Batismo nº 2, FGSSAS, 1814-1822. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Matrimônio nº 1, FGSSAS, 1788-1809. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Matrimônio nº 2, FGSSAS, 1809-1821. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Óbito nº 1, FGSSAS, 1788-1811. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Óbito nº 2, FGSSAS, 1812-1838. (Manuscrito).

Administração Militar

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Assentamentos de Praça e baixas da Capitania do Rio Grande, séculos XVII, XVIII e XIX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maiara Silva. “Das grandes necessidades que padecem estes poucos soldados”: considerações acerca do cotidiano dos praças da Cidade do Natal (1660-1701). In: VII Encontro Internacional de História Colonial, Natal, 2018, **Anais...** Natal: UFRN, 2018.

ARAÚJO, Maiara Silva; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Vivências “mestiças” e administração colonial nos sertões da Capitania do Rio Grande: o caso da família Soares de Oliveira (séculos XVIII-XIX). **Espacialidades**, Natal, v. 10, p. 14-44, jul-dez. 2016.

BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves. **A Câmara de Natal e os homens de conhecida nobreza: Governança local na Capitania do Rio Grande (1720-1759)**. 2017. 322 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande, Natal, 2017.

BARBOSA, Livia Brenda da Silva. **Das Ribeiras o tesouro, da receita o sustento: a administração da provedoria da fazenda real do Rio Grande (1606-1723)**. 2017. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande, Natal, 2017.

COTTA, Francis Albert. Os terços de Homens pardos e pretos libertos: Mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII. **Mneme - Revista de Humanidades**, Caicó, v. 3, n. 6. p. 71-95, out-nov. 2002.

_____. **Negros e Mestiços nas milícias da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DANTAS, José Adelino. **O coronel de milícias Caetano Dantas Correia – um inventário revelando um homem**. Natal: CERN, 1977.

DANTAS, J. A. De que morriam os sertanejos do Seridó antigo? **Tempo Universitário**. Natal: UFRN, v.2, n.1, p. 129-36, jan/jun.1979.

DIAS, Patrícia de Oliveira. **Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da Ribeira do Apodi-Mossoró (1676-1725)**. 2015. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande, Natal, 2017.

FERRAZ, Maria do Socorro. A sociedade colonial em Pernambuco. A conquista dos sertões de dentro e de fora. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil Colonial, 1580-1720**. V.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 171-226.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 51.ed. Rio de Janeiro: Global, 2006.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In.: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.169-178.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

HESPANHA, António Manuel. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (Orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França. **Dinâmicas de mestiçagens no mundo moderno: sociedades, culturas e trabalho**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2016.

IZECKSOHN, Vitor. Ordenanças, tropas de linha e auxiliares: mapeando os espaços militares luso-brasileiros. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil Colonial 3, 1720-1821**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 483-522.

LYRA, A. Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3.ed. Natal, RN: EDUFRN, 2008.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da Capitania do Rio Grande**. 2007. 331 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande, Natal, 2007.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)**. 2013. 360f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Famílias Seridoenses** [1940]. 2. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos inventários do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

MORAIS, Antonio Carlos Robert de. A questão do sujeito na produção do espaço. In: _____. **Ideologias geográficas**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 15-26.

MORAIS, Antonio Carlos Robert de. Formação Colonial e conquista de espaço. In: _____. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o**

undo do trabalho). Tese. (Concurso para Professor Titular em História de Brasil – Departamento de História). UFMG, 2012.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil**. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social, FFLCH/USP, São Paulo, 1998.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas Solidões Vastas e Assustadoras: Os Pobres do Açúcar na Conquista do Sertão de Pernambuco nos Séculos XVII e XVIII**. Tese. (Doutorado em História). UFPE, 2003.